

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# Estudantes da Educação Especial: um panorama de Inscrições no Enem e matrículas na Educação Superior ao Longo dos Anos

Luiz Renato Martins da Rocha, Rosimeire Maria Orlando, Leonardo dos Santos Batista, Natália Gomes dos Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11515>

Submetido em: 2025-03-18

Postado em: 2025-03-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM PANORAMA DE INSCRIÇÕES NO ENEM E MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR AO LONGO DOS ANOS

**LUIZ RENATO MARTINS DA ROCHA<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2884-4956>

<[luizrenatomr@gmail.com](mailto:luizrenatomr@gmail.com)>

**ROSIMEIRE MARIA ORLANDO<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0990-6146>

<[meire\\_orlando@ufscar.br](mailto:meire_orlando@ufscar.br)>

**LEONARDO DOS SANTOS BATISTA<sup>3</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6774-5715>

<[l-leon-n@hotmail.com](mailto:l-leon-n@hotmail.com)>

**NATÁLIA GOMES DOS SANTOS<sup>4</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8712-3342>

<[gomesnatalia@ufpr.br](mailto:gomesnatalia@ufpr.br)>

<sup>1</sup> Universidade do Estado de São Paulo. Santo André, SP, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal do ABC. Santo André, SP, Brasil.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, Brasil.

**RESUMO:** Esta pesquisa visa comparar as matrículas de estudantes da educação especial (PEE) e com necessidades educativas específicas (NEE) na educação brasileira (cursos de graduação) e entre os candidatos ao Enem, em uma série histórica de 2016 a 2022, para identificar possíveis diferenças significativas. A pesquisa, de natureza quali-quantitativa, descritiva e exploratória, revelou um declínio nas inscrições ao Enem, tanto para candidatos com NEE quanto para o público geral, afetando as solicitações de recursos disponíveis. No entanto, o aumento das matrículas na educação superior e básica demonstra que a redução nas inscrições do Enem não tem impactado diretamente o crescimento das matrículas. Estudantes PEE têm aumentado mais do que a média geral na educação superior e básica, mas seguem a tendência de diminuição no Enem, influenciados pela falta de incentivos, investimentos, a pandemia e a instabilidade política observada no período analisado.

**Palavras-chave:** Enem, Educação Superior, Educação Especial, Educação básica.

### STUDENTS IN SPECIAL EDUCATION: A PANORAMA OF ENEM REGISTRATIONS AND ENROLLMENT IN HIGHER EDUCATION OVER THE YEARS

**ABSTRACT:** This research aims to compare the enrollment of students in special education (PEE) and those with specific educational needs (NEE) in Brazilian education (undergraduate courses) and among Enem candidates over a historical series from 2016 to 2022 to identify any significant differences. The qualitative-quantitative, descriptive, and exploratory research revealed a decline in Enem registrations for both NEE candidates and the general public, affecting the requests for available resources. However, the increase in higher and basic education enrollments shows that the reduction in Enem registrations has not directly impacted the growth in enrollments. PEE students have increased more than the general average in higher and basic education but continue to follow the trend of declining in Enem, influenced by the lack of incentives, investments, the pandemic, and political instability observed during the analyzed period.

**Keywords:** Enem, Higher Education, Special Education, Basic education.

## ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN ESPECIAL: UN PANORAMA DE INSCRIPCIONES EN EL ENEM Y MATRÍCULAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR A LO LARGO DE LOS AÑOS

**RESUMEN:** Esta investigación tiene como objetivo comparar las matrículas de estudiantes de educación especial (PEE) y con necesidades educativas específicas (NEE) en la educación brasileña (cursos de pregrado) y entre los candidatos al Enem en una serie histórica de 2016 a 2022, para identificar posibles diferencias significativas. La investigación, de naturaleza cualitativa-cuantitativa, descriptiva y exploratoria, reveló una disminución en las inscripciones al Enem, tanto para los candidatos con NEE como para el público en general, lo que afecta las solicitudes de recursos disponibles. Sin embargo, el aumento en las matrículas en la educación superior y básica demuestra que la reducción en las inscripciones al Enem no ha impactado directamente en el crecimiento de las matrículas. Los estudiantes PEE han aumentado más que el promedio general en la educación superior y básica, pero siguen la tendencia de disminución en el Enem, influenciados por la falta de incentivos, inversiones, la pandemia y la inestabilidad política observada durante el período analizado.

**Palabras clave:** Enem, Educación Superior, Educación Especial, Educación básica.

## INTRODUÇÃO

Historicamente a educação brasileira é permeada de desigualdades e mazelas, as quais impactam as oportunidades de acesso das camadas mais pobres ao ensino. Ferraro (2008) em seus estudos denunciava a atuação precária do Estado brasileiro que não propicia condições efetivas de escolarização aos indivíduos das camadas populares. Jannuzzi (2006) ao discutir a educação das pessoas com deficiência intelectual no Brasil também indicou um descaso do Estado, o qual atua, em muitas situações, pela via da filantropia e do assistencialismo a partir do apoio financeiro ao setor privado sem fins lucrativos.

Os direitos ao acesso às escolas e classes comuns foram garantidos nas políticas públicas para o público da educação especial (PEE) em meados da década de 1990. Esta afirmação pode ser verificada na Constituição Federal de 1988 que apresenta a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Além de acesso às classes e escolas, também foram asseguradas nas normativas oportunidades de condições para o aprendizado e serviços especializados que oportunizam o suporte das práticas pedagógicas que vão ao encontro das especificidades dos estudantes. Cury (2008) aponta que a formação educativa é fundamental para a superação das desigualdades sociais e por isso o Estado precisa assumir sua responsabilidade. De acordo com o autor:

[...] por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste interferir no campo das desigualdades sociais e, com maior razão, no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, como fator de redução das primeiras e eliminação das segundas, sem o que o exercício da cidadania ficaria prejudicado a priori. A função social da educação assume a igualdade como pressuposto fundamental do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosas de maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem e as expressam (Cury, 2008, p. 302).

Com base na perspectiva da educação inclusiva ações começaram a acontecer na realidade brasileira e o número de matrículas nas escolas e classes comuns tiveram um aumento significativo. Em 2008 foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. De acordo com esta política, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação têm direito ao acesso, permanência e sucesso em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Neste contexto, deve ser assegurado ao PEE possibilidades de finalização da educação básica e ingresso na educação superior (Brasil, 2008).

Apesar da presença da política supracitada ainda é fundamental problematizar e analisar criticamente tal normativa e seu impacto na realidade, pois segundo Michels e Garcia (2024) o fato dos estudantes com deficiência se encontrarem na escola não é garantia de apropriação dos saberes científicos e elevação cultural. Tais políticas são construídas em um contexto capitalista e neoliberal com enfoque individualista e meritocrático. Seus princípios de acessibilidade e suporte especializado estão vinculados aos moldes da escola burguesa que enfatiza competências e habilidades e que fornece um ensino aligeirado voltado às necessidades do mercado.

A política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva trabalha fortemente com a tese da acessibilidade à escola de Educação Básica, sem contudo questionar a concepção educacional da escola burguesa, seus valores liberais e sua pedagogia. Abstrai as relações sociais e seus efeitos ao desenvolvimento humano ao priorizar a convivência escolar e negligenciar a expropriação do conhecimento escolar (Michels; Garcia, 2024, p. 12).

Paralelamente, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído no Brasil, objetivando avaliar os egressos do ensino médio quando do término do nível da educação básica, no entanto, a partir de 2009 passou a ser usado também, como um mecanismo para o ingresso à educação superior (Brasil, 2023). Atualmente, a prova tem uma série de recursos e serviços voltados às pessoas com necessidades educativas específicas (NEE), contando com mais de três dezenas para um atendimento mais equitativo desse público (Rocha; Oliveira; Torres, 2022).

A prova do Enem é realizada atualmente em dois dias, e conta com um total de 180 questões objetivas e avaliam quatro áreas de conhecimento: 1) linguagens, códigos e suas tecnologias; 2) ciências humanas e suas tecnologias; 3) ciências da natureza e suas tecnologias; e 4) matemática e suas tecnologias, além disso, os participantes são avaliados por meio da escrita de uma redação, a ser desenvolvida em um texto do tipo dissertativo-argumentativo por meio de uma situação problema. As notas do Enem podem ser usadas na seleção a uma vaga na educação superior, sobretudo, em instituições federais. Além disso, as notas/participantes podem, ainda, pleitear financiamento estudantil em programas. Há ainda, aqueles que realizam o exame como “treineiros”, que ainda não são egressos do ensino médio e os resultados obtidos servem para uma autoavaliação (Brasil, 2023).

A educação superior brasileira é constituída tanto de cursos de graduação, como aqueles de pós-graduação, divididos em *stricto sensu* e *lato sensu*, bem como, os cursos sequenciais e os de extensão. A organização acadêmica das instituições estão divididas em Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos Federais de educação ciência e tecnologia, e segundo a categoria administrativa são classificadas em rede federal, municipal, estadual e privada (Brasil, 1996). Diante de toda a magnitude da educação superior, com legislações específicas sobre seu funcionamento e sendo reguladas pelo Mec, em 2022 apresentou um quantitativo de 9.444.116 matrículas em cursos de graduação e vem em uma crescente/expansão de suas vagas nos últimos anos.

O crescimento das matrículas na educação superior também foi evidenciado por Rocha, Lacerda e Prieto (2024, p. 15) no período analisado na pesquisa de 2016 a 2020, no qual constatam que:

[...] considerando todos os estudantes desse nível de ensino, houve crescimento nas matrículas, atingindo um percentual de aumento de cerca de 8%, passando de 8.052.254, em 2016, para 8.680.945, em 2020. No mesmo período, o aumento das matrículas desses estudantes surdos, surdocegos e com deficiência auditiva foi superior a 49%. Para os classificados nas demais categorias como sujeitos de direito ao atendimento pela Educação Especial, a elevação foi acima de 63%, o que denota, para esses dois públicos, um aumento superior ao total das matrículas de toda a Educação Superior brasileira.

Esse aumento do PEE na educação superior brasileira “[...] vem modificar as instituições, não só no que se refere à estrutura física, mas também em aspectos relativos a questões comunicacionais, atitudinais e outras barreiras, antes não percebidas” (Rocha; Lacerda; Lizzi, 2022, p.

16). Mas, não podemos deixar de considerar, também, que a representação, por exemplo, de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras, ainda é restrita, bem como, que a matrícula desta parcela da população está, majoritariamente, nas universidades privadas, acentuando um cenário de exclusão destes estudantes do fluxo de escolarização (Cabral; Orlando; Meletti, 2020).

Na Educação Básica, também se vislumbrou um cenário de crescimento de estudantes PEE, segundo análise realizada por Rocha, Lacerda e Prieto (2024, p. 14), no período de 2016 a 2020:

[...] as matrículas na Educação Básica brasileira diminuíram cerca de 3,1%, passando de 48.817.479 para 47.295.294, efeito sentindo ano a ano desse quinquênio. Em relação aos estudantes do público da Educação Especial, o aumento foi de cerca de 35%, excetuando-se os estudantes surdos, surdocegos e com deficiência auditiva, em que foi constatada uma diminuição de 0,79%, no mesmo período, sem, contudo, se aproximar da queda na ordem das matrículas totais.

Assim, como base no exposto, verifica-se a necessidade de analisar a conjuntura atual, principalmente no que tange o retrato dos estudantes PEE e com NEE egressos do ensino médio. Também se faz necessário olhar para o cenário de ingresso na educação superior (cursos de graduação). A partir desse contexto, este estudo foi conduzido com base na seguinte questão: qual o retrato que as inscrições no Enem e as matrículas na educação superior (cursos de graduação) e básica brasileira revelam em série histórica (2016-2022)? Para responder o respectivo questionamento, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar o panorama das inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio e de matrículas na Educação Superior brasileira, dos estudantes PEE e com NEE, em série histórica.

## **METODOLOGIA**

No contexto brasileiro, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), enquanto autarquia do governo federal, é o órgão responsável pela pesquisa estatística realizada anualmente, em articulação com as Instituições de Educação Superior (IES) que possuem graduação, bem como, as de educação básica e com o Enem. Cabe destacar que tais dados são de relevante importância para a elaboração de políticas públicas direcionadas à educação especial e à população atendida por essa modalidade de ensino. Ainda que limitados, podem contribuir para a análise do panorama das inscrições no Enem e das matrículas na Educação Básica e Superior brasileira, dos estudantes do PEE e com NEE, em uma série histórica (2016 a 2022).

Para compreender esse cenário, serão utilizados os indicadores educacionais brasileiros apresentados nas Sinopses Estatísticas, organizados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nota-se a relevância de estudos que adotem os indicadores sociais como objeto de análise, pois, segundo Jannuzzi (2005), tais dados oportunizam a compreensão da realidade e subsidiam a elaboração de políticas públicas.

De acordo com Gatti (2004), o método de análise de dados quantitativos é útil na compreensão dos fenômenos educacionais e enriquece essa compreensão quando combinado com dados oriundos de metodologias qualitativas, destaca que “[...] é inegável que sem dados de natureza quantitativa muitas questões sociais/educacionais não poderiam ser dimensionadas, equacionadas e compreendidas, algumas não seriam mesmo levantadas”. (Gatti, 2004, p. 26)

Isso é possível aqui, pois a análise dos dados se baseia na dialética marxista, ou seja, na compreensão de que “[...] não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade; a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas” (Ferraro, 2012, p. 144).

Neste artigo, os dados são provenientes das estatísticas já coletadas por órgãos públicos brasileiros (fonte primária). Portanto, os dados aqui analisados são de fonte secundária, denominados “[...] trabalhos não originais e que basicamente citam, revisam e interpretam trabalhos originais” (Pizzani, 2012, p. 58).

Os dados são provenientes, como supracitado, das sinopses estatísticas do Enem, bem como do Censo da Educação Superior e básica brasileira, analisados em série histórica. Além disso,

utilizamos o Painel de Indicadores da Educação Especial, provenientes do Diversa (<https://diversa.org.br/>), uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes, de forma a complementar as estatísticas aqui apresentadas de forma descritiva. As tabelas foram estruturadas com informações quantitativas e percentuais, na tentativa de apresentar uma riqueza de detalhes e informações coletadas ao longo de meses pelos pesquisadores e analisadas de forma longitudinal, para que se possa compreender de forma ampla os dados em um contexto, além disso, buscamos apresentá-las de diferentes formas, ora com quantitativos, ora com percentuais e, ainda com ambos, a fim de mostrar a riqueza dos dados e as múltiplas formas de analisar com tais.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor apresentar os resultados desta pesquisa, organizamos as informações em três categorias, a saber: 1) os dados referentes ao PEE matriculados na educação básica brasileira, discutindo suas oscilações ao longo do período destacado; 2) seguido pelas informações referentes às inscrições no Enem durante o mesmo período; 3) chegando até a educação superior sob um olhar da educação especial. Buscando então, por indicativos da jornada educativa das pessoas com NEE.

### Educação básica

De 2016 a 2022, a educação básica passou de 48.817.479 de matrículas para 47.382.074, diminuição de cerca de 3%. Na Tabela 1, observaremos a distribuição percentual das diversas condições de deficiência entre os estudantes da Educação Especial. Apresentamos os dados percentualmente de cada uma dessas condições, proporcionalmente ao número de estudantes PEE no ano analisado.

**Tabela 1 - Percentual por categorias (2016-2022) em relação às matrículas do total do PEE**

Condição	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cegueira	0,70%	0,60%	0,60%	0,50%	0,50%	0,50%	0,40%
Baixa Visão	6,20%	6,20%	5,90%	5,30%	5,00%	4,90%	4,60%
Surdez	2,50%	2,20%	2,00%	1,70%	1,50%	1,40%	1,20%
Def. Auditiva	3,20%	7,40%	3,00%	2,70%	2,60%	2,50%	2,30%
Def. Física	11,90%	11,40%	11,00%	10,30%	10,10%	9,70%	9,00%
Surdocegueira	0,00%*	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Def. Intelectual	61,00%	60,80%	60,70%	57,70%	56,90%	55,40%	51,80%
Autismo	6,20%	7,40%	9,10%	12,20%	16,10%	18,70%	24,30%
Def. Múltipla	6,80%	6,50%	6,10%	5,90%	5,70%	5,50%	4,90%
AH/SD*	1,50%	1,60%	1,70%	3,70%	1,60%	1,50%	1,50%
<b>Total no geral</b>	971.372	1.066.446	1.181.276	1.2509.67	1.308.900	1.350.921	1.527.794

**Fonte:** os(as) autores (as) (2024) com base nos dados das sinopses estatísticas.

Legenda: \*AH/SD - altas habilidades/superdotação.

Em 2016, estavam matriculados na Educação Básica 971.372 estudantes PEE, enquanto em 2022 esse número subiu para 1.527.794, resultando em um aumento percentual de 57,28%. Ao analisar os aumentos percentuais ano a ano, observa-se que no período de 2016-2017 houve um aumento de 9,79%, seguido por 10,77% em 2017-2018. Posteriormente, houve uma diminuição (em relação aos crescimentos anteriores) nos aumentos percentuais: 5,90% entre 2018-2019, 4,63% entre 2019-2020, 3,21% entre 2020-2021 e um significativo aumento de 13,09% entre 2021-2022. A condição mais prevalente era a deficiência intelectual, representando 61% do total do PEE em 2016, mas essa proporção diminuiu para 51,8% em 2022 - decréscimo de pouco mais de 15%. A tendência de queda

foi constante ao longo dos anos, indicando uma possível evolução na identificação de outras deficiências ou condições

O autismo apresentou o aumento mais expressivo em relação aos demais PEE, ele era 6,20% em 2016 e passou a representar 24,30% em 2022 (aumento de mais de 291%) nas matrículas de estudantes PEE. Esse crescimento pode ser atribuído a uma maior conscientização e diagnóstico precoce da condição, refletindo avanços na compreensão, identificação. Em contrapartida, outras condições mostraram uma tendência de diminuição ao longo dos anos. A baixa visão caiu de 6,20% em 2016 para 4,60% em 2022 (-25,81%), enquanto a surdez passou de 2,50% para 1,20% no mesmo período (-52,%). A deficiência física reduziu de 11,90% em 2016 para 9,00% em 2022 (-24,37%), e a deficiência auditiva variou significativamente, com um pico em 2017 (7,40%), ‘estabilizando-se’ em 2,30% em 2022 (decréscimo de 28,13%). A porcentagem de alunos com superdotação permaneceu relativamente estável, com pequenas variações, enquanto a surdocegueira não apresentou representatividade significativa ao longo dos anos analisados, no entanto, ressaltamos que consideramos apenas duas casas depois da vírgula e, como o público com surdocegueira é bastante pequeno mesmo comparado somente com os estudantes PEE, não significa que sejam 0 (zero) na educação - quantitativamente, mas percentualmente eles tendem a 0 (zero). Na Educação Básica, estudantes com surdocegueira não chegam a 1000. A deficiência múltipla (-27,94%) e cegueira (-42,86%), também tiveram diminuição percentual em comparação ao total do PEE, ou seja, passaram a ser menos representativas em comparação aos sucessivos aumentos do autismo e a ‘estabilização’ para as AH/SD.

O grande aumento de estudantes com autismo, fez com que a proporção de outras condições diminuíssem no período analisado, assim somente AH/SD se manteve ao longo dos anos.

A Tabela 2 complementa a análise ao mostrar o crescimento das matrículas de estudantes da Educação Especial na educação básica brasileira em termos absolutos e percentuais. Em 2016, havia 971.372 matrículas, correspondendo a 2% do total de matrículas no geral na educação básica. Esse número subiu para 1.527.794 matrículas em 2022, representando 3,2% do total de matrículas de estudantes PEE em comparação ao geral.

**Tabela 2 - Matrículas de estudantes da Educação Especial na educação básica brasileira (2016-2022)**

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Números brutos	971.372	1.066.446	1.181.276	1.250.967	1.308.900	1.350.921	1.527.794
Proporcionalmente	2%	2,20%	2,40%	2,60%	2,80%	2,90%	3,20%

**Fonte:** os(as) autores (as) (2024) com base nos dados das sinopses estatísticas.

Esse crescimento contínuo, tanto em números absolutos quanto em percentuais, indica um avanço significativo na inclusão escolar de alunos PEE. O aumento de 2% para 3,20% no período analisado demonstra uma tendência positiva de maior ingresso desses estudantes ao sistema educacional brasileiro ou, ainda, a maior compreensão e identificação desses sujeitos, fruto de políticas públicas adotadas e implementadas no país.

Assim, em relação à situação das matrículas dos estudantes PEE na educação básica brasileira, verificou-se um aumento durante o período investigado (57,28%), por outro lado, devido ao aumento expressivo de apenas um grupo, carecemos de dados e estudos para compreensão ampla destas novas matrículas, sobretudo de estudos que analisem situações do micro para o macrodados.

Ao analisar as políticas de Educação Especial no Brasil em face das alterações justificadas pela vigência da pandemia da COVID-19 (2020), Alves (2022), indica que não houve inovação em relação ao que já era proposto para essa parcela da população, mas sim um aprofundamento das relações históricas da área como a privatização e a segregação dos estudantes atendidos pela política proposta no período, além de apontar para ampliação das possibilidades de privatização da Educação Especial e ampliação da Educação a Distância, além do

“envolvimento dos aparelhos privados de hegemonia e empresas na formulação das políticas, proposta de formação de professores para competências socioemocionais e ensino híbrido, proposta de educação reduzida a atividades e distante de uma perspectiva de humanização, ampliação da desigualdade escolar e da exclusão de estudantes com deficiência”. (Alves, 2020, p. 145).

Em consonância, o estudo de Pagaime et al. (2022) fez a consulta com 937 docentes no momento inicial da pandemia, de forma que identificaram uma fragilidade no atendimento dos estudantes da educação especial, ocasionada principalmente pela carência de orientação e recursos para atuar durante a pandemia. Há que se destacar, também, que um agravamento tem sido também o fato de que o crescimento do número de matrículas de estudantes da Educação Especial em classes e escolas comuns e que não possuem nenhum tipo de apoio parece expressar preocupação política com o aumento quantitativo dessas matrículas, mas pouco expressivo em relação à qualidade do ensino ofertado (Bueno et al., 2011).

Entendemos que o percurso dos estudantes com e sem deficiência pela educação básica brasileira se torna um importante patamar de formação escolar e de acesso à universidade. No entanto, há uma preocupação que ultrapassa os limites da área específica da Educação Especial. Há tempos, acumulam-se críticas à escola e às classes comuns quanto à evasão e repetência (Jannuzzi, 2016). Existem questões estruturais historicamente arraigadas no sistema escolar brasileiro que representam desafios para a educação básica, mesmo antes de se falar em direito à escolarização desta população nos espaços comuns da escola regular (Marin et al., 2010; Bueno et al., 2010), no entanto, esse discurso não deve ser usado para a exclusão do PEE nas escolas e sim, para que se possam trazer melhorias à curto, médio e longo prazo com o foco na permanência com qualidade desses sujeitos.

### Exame Nacional do Ensino Médio - Enem

Seguindo a discussão para o Enem, momento posterior à conclusão do ensino médio para muitos estudantes, a Tabela 3 exhibe a comparação entre o número de inscritos em série histórica analisada e indica uma queda significativa no número de inscrições para candidatos com NEE. De 2016 a 2022, o número total de inscritos no Enem apresentou uma tendência de queda significativa. O total de inscritos passou de 8.627.367 em 2016 para 3.396.632 em 2022, representando uma diminuição de aproximadamente 60,6%. Em todos os anos há quedas, exceto em 2020, com relação ao ano de 2019, em que houve um aumento no total de inscritos, atingindo 5.783.133, e representou um crescimento de cerca de 13,5% em relação a 2019. Esse aumento pode ser uma resposta ao impacto inicial da pandemia e a ao maior acesso à computadores que jovens em idade escolar tiveram nesse período, bem como, a uma maior circulação das informações. A tabela 2 apresenta o percentual de inscritos NEE em relação ao total geral de inscritos no Enem no ano analisado.

**Tabela 3 - Valores brutos e proporcionais dos candidatos ao Enem com alguma NEE (2016-2022)**

Condição	2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022	
Outras	3532	0,04%	5951	0,09%	4695	0,09%	3064	0,06%	3858	0,07%	2035	0,06%	2059	0,06%
Baixa visão	11559	0,13%	7307	0,11%	5251	0,10%	6201	0,12%	9442	0,16%	5749	0,17%	5570	0,16%
Cegueira	1156	0,01%	884	0,01%	758	0,01%	715	0,01%	844	0,01%	443	0,01%	497	0,01%
Surdez	2291	0,03%	1925	0,03%	1445	0,03%	1623	0,03%	1310	0,02%	754	0,02%	864	0,02%
Deficiência auditiva	7131	0,08%	4390	0,07%	2416	0,04%	2203	0,04%	2407	0,04%	1334	0,04%	1313	0,04%
Surdocegueira	23	0,00%	21	0,00%	13	0,00%	47	0,00%	95	0,00%	15	0,00%	27	0,00%
Deficiência física	22369	0,26%	12424	0,18%	8929	0,16%	7482	0,15%	8606	0,15%	4763	0,14%	4590	0,13%
Deficiência intelectual	1108	0,01%	2412	0,04%	1953	0,04%	2248	0,04%	2950	0,05%	2020	0,06%	2579	0,07%
Déficit de atenção	5300	0,06%	7789	0,12%	7199	0,13%	8338	0,16%	9900	0,17%	8528	0,25%	10518	0,30%

Dislexia	1439	0,02%	1437	0,02%	1418	0,03%	1596	0,03%	1954	0,03%	1635	0,05%	1808	0,05%
Discalculia	342	0,00%	273	0,00%	300	0,01%	382	0,01%	395	0,01%	449	0,01%	374	0,01%
Autismo	372	0,00%	704	0,01%	774	0,01%	1204	0,02%	1593	0,03%	1951	0,06%	3040	0,09%
Visão monocular	3745	0,04%	1720	0,03%	1400	0,03%	1109	0,02%	1499	0,03%	1007	0,03%	1020	0,03%
<b>Total PEE</b>	<b>60.367</b>	<b>0,70%</b>	<b>47.237</b>	<b>0,70%</b>	<b>36.551</b>	<b>0,66%</b>	<b>36.212</b>	<b>0,71%</b>	<b>44.853</b>	<b>0,78%</b>	<b>30.683</b>	<b>0,91%</b>	<b>34259</b>	<b>0,99%</b>
<b>Total geral</b>	<b>8.627.367</b>		<b>6.731.341</b>		<b>5.513.747</b>		<b>5.095.270</b>		<b>5.783.133</b>		<b>4.004.764</b>		<b>3.396.632</b>	

Fonte: os(as) autores (as) (2024) com base nos dados das sinopses estatísticas.

Em 2016 se inscreveram 60.367 candidatos com NEE e em 2022 apenas 34.259 inscritos, totalizando uma queda de 56,75%, sendo que, no geral, a redução foi de pouco mais de 60%. Apesar da queda significativa no número de inscrições dos estudantes, também daqueles com NEE, verifica-se uma estabilidade no total de proporções de inscrições em relação aos candidatos no geral do Enem. Entre os anos de 2016 e 2019 os índices se mostraram estáveis com uma variação de no máximo 0,05%. Já os anos de 2020 (0,78%), 2021 (0,91%) e 2022 (0,99%) apresentaram um aumento dos índices de proporção dos candidatos com NEE em relação ao total de inscritos. Mesmo sem quedas nesta proporção (exceto em 2018) é necessário salientar que quando comparamos os percentuais de matrículas na educação básica, temos que o PEE representa em média, 3,2% do público total, contudo, no Enem, não correspondem a 1% dos total de inscritos, podendo indicar que o acesso ao terceiro ano do ensino médio, ou a conclusão desta etapa de ensino para o devido acesso ao exame ainda não é uma realidade para todos os estudantes com NEE no Brasil.

No que tange os dados dos candidatos por especificidades, assim como nas matrículas da Educação Básica, também nota-se o crescimento do número de inscrições de estudantes com autismo. Em 2016 foram registradas 372 inscrições e no ano de 2019 esse número triplicou (1204 inscrições). As inscrições continuam aumentando ao longo dos anos e em 2022 foram contabilizadas 3040 inscrições, indicando um aumento de 717,2% em comparação com o ano de 2016. Outro significativo aumento, foi o de estudantes com déficit de atenção, que passou de 5.300 (0,06%) em 2016 para 10.518 (0,30%) em 2022. Em contraste, outras condições, como deficiência auditiva e deficiência física, mostraram variações e, em alguns casos, uma diminuição significativa ao longo dos anos.

Destaca-se, assim, os dados dos candidatos com deficiência física, visto que apresentaram em todos os anos analisados o maior número de inscrições do público com NEE e a maior proporção de inscritos com NEE em relação ao todo. Entretanto, ao longo dos anos observa-se uma queda acentuada de inscrições desse público, bem como uma redução de sua proporção em relação ao total de inscrições, pois em 2016 foram computadas 22.369 inscrições e uma proporção de 0,26% (ao total geral de inscritos) e no ano de 2022 foram contabilizadas apenas 4.590 inscrições e uma proporção de 0,13%.

A drástica redução do número de inscritos no Enem nos últimos anos é uma realidade geral e não apenas do público com NEE, ou seja, também se apresenta entre os estudantes que não possuem nenhuma necessidade específica. Esse declínio pode ser associado aos inúmeros desmontes e fenômenos que impactaram diretamente a educação básica nos últimos anos. O golpe de 2016 que ocasionou o impeachment e destituiu a presidenta Dilma Rousseff, eleita de forma legítima e democrática, implicou em uma série de retrocessos para o campo social. Segundo Rossi et al. (2019) o financiamento da educação passou por um intenso arrouço a partir de 2016, visto que neste momento os princípios de austeridade fiscal subsidiaram a lógica de como o Estado trata as demandas das áreas sociais. Compreende-se austeridade fiscal como um ajuste econômico que reduz a atuação do Estado na garantia da promoção do bem-estar social. Neste sentido, uma das primeiras ações do governo Temer (2016) foi instituir a Emenda Constitucional nº 95 que estabeleceu o teto de gastos e resultou na queda dos investimentos nos setores da saúde e educação. Os autores indicam em sua análise uma brusca redução dos recursos orçamentários em educação, pois em 2012 os investimentos ultrapassaram oito bilhões de reais, enquanto entre os anos de 2016 e 2018 o valor investido não chegou a dois bilhões.

Outro fator complexo é o sucateamento do ensino médio, o qual impacta a conclusão da educação básica e da realização de avaliações, como o Enem, que propiciam acesso à educação superior. Esse impacto afeta os estudantes das camadas populares, pois o projeto de educação pública que está posto institui um dualismo educacional. Esse dualismo se materializa a partir de uma educação que

fornece à elite acesso aos saberes que atendem a manutenção de seus status e aos pobres uma formação mínima que os preparam para conformação e atendimento das demandas do capital (Libâneo, 2012).

Kuenzer (2017) aponta a precarização que a reforma do ensino médio ocasiona. Regularizada pela lei 13.415/2017, a reforma tem como proposta flexibilizar a respectiva etapa de ensino a partir de um discurso de que o estudante terá autonomia para escolher seu percurso de formação acadêmica, profissional e técnica. No entanto, o que de fato a reforma oportuniza é redução do acesso aos saberes construídos historicamente pela humanidade, dando espaços para itinerários formativos de diversos temas conduzidos por profissionais que muitas das vezes não possuem formação na área, mas apenas notório saber. Dos conhecimentos científicos somente língua portuguesa e matemática são disciplinas obrigatórias nos três anos desta etapa de ensino, já “as demais, e entre elas artes, educação física, sociologia e filosofia, devem ser obrigatoriamente incluídas, mas não por todo o percurso, o que pode significar apenas um módulo de curta duração (Kuenzer, 2017, p. 335, grifos nossos).

A queda nos investimentos em educação e a redução de saberes científicos no ensino médio impactam negativamente os processos de escolarização dos estudantes com NEE, os quais têm sua formação negligenciada historicamente. Em um cenário educacional desigual que não oportuniza aos sujeitos um ensino crítico fica insustentável pensar o papel da educação como motriz de transformação e superação de mazelas. As políticas inclusivas apregoam um discurso de equidade, direito e acesso, no entanto, entre texto e contexto há um abismo. A escola não é um lócus de formação sólida e efetiva, pois o projeto de educação apresentado na sociedade capitalista não tem a finalidade de propiciar tal ensino, mas de manter o status quo:

Na relação educação e inclusão, a estratégia da equidade contempla um nível de igualdade de oportunidades, mas como os sujeitos humanos vão lidar com tais oportunidades em regime de desigualdade social e educacional, numa conjuntura de ampliação das formas de exploração e de expropriações é uma questão do campo da responsabilidade individual, bem ao estilo do pensamento liberal (Garcia; Michels, 2021, p. 09).

Sabe-se a importância da realização do Enem como uma via de ingresso na educação superior, mas a precariedade educacional que estudantes com e sem NEE das camadas populares enfrentam constantemente se torna um empecilho para que eles possam realizar seus estudos no ensino médio, se inscreverem no exame e acessar o próximo nível de ensino, o qual eles têm o direito de ingressar.

Quanto aos recursos disponibilizados no Enem, a Tabela 4 traz dados sobre sua distribuição em diferentes anos, com a subdivisão em categorias por serviços e recursos, como: Prova em Braille, Prova ampliada, intérpretes de Libras, cadeiras especiais, equipamentos específicos, entre outros (INEP, 2012; 2020). Cada linha representa um tipo de recurso ou assistência, enquanto as colunas representam os anos de 2016 a 2022. Os números apresentados em cada célula indicam a quantidade de cada recurso ou assistência fornecida em um dado ano. A última linha da traz o total de recursos acessados em cada ano, além de um total geral para todos os anos listados. Esses dados fornecem uma visão detalhada da disponibilidade e uso de recursos específicos ao longo do tempo, indicando as variações e tendências ao longo dos anos.

**Tabela 4 - Recursos Ofertados no Enem (2016-2022)**

Recursos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Prova em Braille	560	361	348	302	245	148	168
Prova ampliada	7.307	4.181	3.923	4.570	6.466	4597	4310
Prova super ampliada	2.123	1.378	1.267	1.087	1.276	782	791
Auxílio de Ledor	7.095	5.146	5.772	6.274	7.576	5243	6765
Sala de fácil acesso	18.319	9.263	9.390	8.007	8.965	5403	5030
Auxílio para Transcrição	7.055	5.229	5.401	5.634	7.408	4742	5768
Intérprete de Libras	3.561	1.359	1.102	966	1.025	580	643

Leitura labial	1.624	895	685	598	732	459	484
Cadeira de rodas	2.963	2.134	1.891	1.800	2.031	1110	1147
Cadeira separada	5.911	3.462	1.942	1.426	1.457	842	503
Apoio de perna	3.844	1.912	2.091	2.247	2.760	1654	1171
Guia intérprete	15	7	8	9	11	4	3
Videolibras	S/I*	1.633	1.372	1.365	1.068	472	546
Maca	7	0	1	2	2	0	2
Computador	9	3	8	8	4	2	1
Cadeira especial	38	16	14	13	28	4	3
Cadeira para canhoto	31	21	39	14	13	7	3
Cadeira acolchoada	282	120	153	174	164	80	64
Prova deitado em maca ou mobiliário similar	3	1	11	1	2	2	1
Mobiliário adequado para obeso	55	53	68	59	122	61	56
Lâmina overlay	20	7	18	27	25	6	4
Protetor auricular	4	3	6	5	2	4	3
Medidor de glicose e/ou aplicação de insulina	346	310	450	590	726	475	442
Braile e/ou Reglete e Punção	92	162	103	161	138	26	57
Soroban	28	70	63	43	58	6	15
Marca-passo	13	8	10	16	17	6	6
Sonda com troca periódica	16	13	11	10	12	4	2
Medicamentos	334	185	196	247	223	150	46
Especial individual	366	224	289	300	269	196	186
Sala especial até 20 participantes	283	283	213	255	292	161	159
Sala reservada para acompanhantes	102	94	55	53	42	26	11
Mobiliário específico	30	11	60	22	37	30	6
Material específico	134	125	92	162	236	98	79
Tempo adicional				12.570	14.683	9.133	10.956
<b>TOTAL</b>	<b>62.570</b>	<b>38.669</b>	<b>37.052</b>	<b>49.017</b>	<b>58.115</b>	<b>36.513</b>	<b>39.431</b>

Fonte: os(as) autores (as) (2024) com base nos dados das sinopses estatísticas.

\*SI - sem informações

Os recursos solicitados nos últimos sete anos no Enem demonstram toda a magnitude de um exame no qual milhões de candidatos o realizam anualmente, pois são mais de 30 diferentes opções que pessoas com algum tipo de NEE podem solicitar na realização dos dois dias de provas (INEP, 2012; 2020). No entanto, seguindo uma tendência de decréscimos de candidatos ao Enem, há também uma queda nas solicitações desses recursos, conforme pode ser constatado na tabela 4.

Os recursos, em um período de sete anos, diminuíram cerca de 37% no Enem, valor abaixo dos cerca de 61% dos candidatos no geral que, no mesmo período, deixaram de se inscrever ao exame, bem como, dos cerca de 57% com alguma NEE que também reduziram no período de 2016 a 2022. Alguns serviços chegaram a reduzir mais de 90%, enquanto outros, poucos, aumentaram no período analisado.

O recurso com o maior decréscimo no período de 2016 a 2022 foi a cadeira especial: 92,11%, essas cadeiras são mais reforçadas e/ou sem braços e/ou com adaptações específicas; outro recurso que diminuiu 91,49% foi a cadeira separada e em terceiro, a cadeira para canhoto: 90,32%,

ambas, estão mais relacionadas a questões ergonômicas, sobretudo, a deficiência física e que foi um público que reduziu no Enem no período analisado cerca de 80%. Recursos que também diminuíram foram: sala reservada para acompanhantes (89,22%), computador (88,89%) - com softwares específicos que realizam a leitura da prova transformando-a em áudio como alternativa ao serviço de auxílio para leitura ao invés do auxílio de leitor; sonda com troca periódica (87,5%), medicamentos (86,23%), intérprete de Libras (81,94%) - essa diminuição pode ter relação com a opção de se realizar a videoprova em Libras, outras três diminuições, cada qual com 80% foram: mobiliário específico, guia intérprete e lâmina overlay - sobreposições que reduzem o desconforto visual dos candidatos à prova.

Mais algumas reduções foram ocorrendo, entre elas: cadeira acolchoada (77,3%), sala de fácil acesso (72,54%), maca (71,43%), leitura labial (70,2%) e prova em Braille (70%). A redução na faixa dos 60% ocorreram com os seguintes recursos: apoio de perna (69,54%), prova deitado em maca ou mobiliário similar (66,67%), videolibras (66,56%), prova super ampliada (62,74%) e cadeira de rodas (61,29%). As reduções na linha dos 50% foi identificada apenas pelo recurso marco-passo (53,85%).

Abaixo dos 50% foram identificadas as seguintes reduções: especial Individual (49,18%) - salas individuais destinadas aos participantes com uma das seguintes condições: TEA, deficiência intelectual e classe hospitalar; soroban (46,43%), sala especial até 20 participantes (43,82%), material específico (41,04%) - esses recursos podem ser compreendidos como tiposcópio, assinadores, óculos especiais e afins; prova ampliada (41,02%), braille e/ou reglete e punção (38,04%), protetor auricular (25%), auxílio para transcrição (18,24%), tempo adicional (12,84%) - averiguado de 2019 em diante, pois antes não há informações na sinopse; e, por fim, auxílio de leitor (4,65%).

No geral, os recursos diminuíram nos sete anos mais de 36%, redução essa, que acompanhou a diminuição de candidatos com alguma NEE (~58%) e no geral (candidatos inscritos ao Enem - ~61%), o que demonstra que, apesar das sucessivas reduções às solicitações realizadas para acesso aos recursos, essas não diminuíram mais que os candidatos com alguma NEE, o que pode indicar que está havendo conhecimento de tais na realização das provas e assim, o exercício do direito à equidade em certa medida, tem sido garantida a esses candidatos.

Apenas dois recursos, no período analisado, tiveram aumento no Enem, sendo eles: 1) mobiliário adequado para obeso (1,82%) e 2) medidor de glicose e/ou aplicação de insulina (27,75%). Esses recursos contrariam a diminuição exponencial/anual do que vem ocorrendo no Enem, e mostram o aumento de questões relacionadas às doenças e não tanto, à deficiência em si, ou ao PEE de forma direta, ou seja, tais recursos encontram-se no bojo de candidatos que possuem uma NEE temporária ou permanente, diferentemente da deficiência que é algo permanente do sujeito.

Segundo Rocha, Oliveira e Torres (2022, p. 98) “Os recursos são muitos e podem ainda ser mais amplos, a depender da condição diferenciada que o candidato tem e o que solicita, uma vez que ele deve anexar o laudo à inscrição, o qual, por sua vez, será analisado, podendo ser deferido ou indeferido”. O Enem tem proporcionado uma dezena de recursos para que se tenha a garantia da equidade durante a realização das provas, o que vai ao encontro do preconizado e adotado no Brasil (em leis, decretos e convenções) como educação especial em uma perspectiva inclusiva e ao longo da vida.

Assim como um censo demográfico que ninguém pode ficar de fora e todos devem ser contados e ouvidos, a realização da prova do Enem também deve contemplar a todos e não deixar ninguém de fora, por falta de recursos e/ou serviços adequados, pois isso feriria o princípio da equidade, tanto é que, o exame é uma referência mundial e todas as demais provas em larga escala deveriam seguir esse exemplo e gama de possibilidade oferecidas aos candidatos com alguma necessidade educativa específica.

Milhões de estudantes realizam o Enem anualmente e para muitos é a possibilidade de mudança de vida, com o ingresso na educação superior e uma miríade de oportunidades que se abrem a partir de então, no entanto, em sete anos, analisando logo após o primeiro ano de vigência da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - (Brasil, 2015) até os dados mais atuais disponibilizados, houve uma diminuição nas inscrições em cerca de 60%, conforme pode ser observado ao longo desta sessão.

## Educação superior

Seguindo para a última sessão de resultados, após analisarmos os dados do Enem, algumas pessoas podem inferir que, a educação superior vem, nessa mesma lógica, sofrendo quedas sucessivas em suas matrículas. No entanto, o percentual de matrículas vem em constante crescimento, enquanto há quedas constantes de candidatos no Enem, a educação superior cresce.

**Tabela 5** - Matrículas na educação superior em série histórica (2016-2022), cursos de graduação

<b>Condição</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Cegueira	2.074	2.203	2.537	2.598	2.929	3482	4071
Baixa Visão	11.028	10.619	12.751	13.906	15.210	20172	22104
Surdez	1.738	2.138	2.235	2.556	2.758	2592	2591
Def. Auditiva	5.051	5.404	5.978	6.569	7.290	7910	8722
Def. Física	12.775	14.449	15.647	16.376	19.194	20260	29454
Surdocegueira	96	139	132	157	223	318	344
D. Intelectual	1.389	2.043	2.755	4.177	6.209	7141	8353
TGD	642	1103	1539	2010	2.974	4018	6063
AH/SD	1.202	1.067	1.486	1.551	2.214	2146	2969
<b>Total NEE</b>	35.995	39.165	45.060	49.900	59.001	68.039	84.671
<b>Total NEE %</b>	0,45%	0,47%	0,53%	0,58%	1,06%	0,76%	0,90%
<b>Total geral</b>	8.048.701	8.286.663	8.450.755	8.603.824	5.574.551	8.987.120	9.444.116

Fonte: os(as) autores (as) (2024) com base nos dados das sinopses estatísticas.

No período de 2016 a 2022, observa-se um aumento significativo no número total de matrículas na educação superior, passando de 8.048.701 em 2016 para 9.444.116 em 2022, crescimento de mais de 17%. Esse crescimento é acompanhado por uma elevação no número de estudantes PEE, que aumenta de 35.995 em 2016 para 84.671 em 2022- crescimento de mais de 135%.

Ao desagregar os dados por condição específica, é possível identificar algumas tendências importantes: Cegueira: as matrículas aumentaram de 2.074 em 2016 para 4.071 em 2022, aumento de mais de 96%. Baixa Visão: houve um crescimento de 11.028 matrículas em 2016 para 22.104 em 2022, destacando-se por um aumento superior a 100%. Surdez: o número de matrículas passou de 1.738 em 2016 para 2.591 em 2022, menor aumento registrado aqui: 49,08%. Def. auditiva: as matrículas aumentaram de 5.051 em 2016 para 8.722 em 2022, aumento de mais de 72%. Def. Física: esta categoria mostrou um crescimento substancial, de 12.775 matrículas em 2016 para 29.454 em 2022, aumento superior a 130%. Surdocegueira: embora com números absolutos menores, também apresentou crescimento, passando de 96 em 2016 para 344 em 2022, aumento expressivo de mais de 258%. Def. Intelectual: aumentou significativamente de 1.389 em 2016 para 8.353 em 2022, aumento superior a 500%. TGD: o número de matrículas aumentou de 642 em 2016 para 6.063 em 2022, o maior aumento registrado, superior a 840% e, por fim, AH/SD: as matrículas passaram de 1.202 em 2016 para 2.969 em 2022, aumento de cerca de 147%.

O percentual de estudantes PEE em relação ao total de matrículas também variou ao longo do período. Em 2016, eles representavam 0,45% do total de matrículas, crescendo para 0,90% em 2022, com um pico de 1,06% em 2020.

Esses dados indicam um esforço contínuo e crescente no ingresso de estudantes PEE na educação superior, refletindo políticas educacionais mais contemplativas e um reconhecimento crescente da importância de garantir o ingresso a todos os estudantes, independentemente de suas condições. Além disso, o crescimento expressivo em categorias específicas, como o TGD e a def. intelectual, sugere um avanço significativo na chegada desses estudantes.

Os dados analisados revelam uma clara tendência de ingresso crescente de estudantes com PEE na educação superior brasileira, com aumentos percentuais significativos em diversas categorias. O crescimento de matrículas de estudantes com TGD e deficiência intelectual, em particular, destaca-se

como um indicativo notável, haja vista os percentuais ultrapassam crescimento superior a 500%. O aumento do percentual de estudantes PEE em relação ao total de matrículas evidencia a eficácia das políticas implementadas e a necessidade de continuar aprimorando e expandindo essas práticas inclusivas para atender a um número crescente de estudantes PEE, cita-se aqui, a lei de reserva de vagas que incluiu pessoas com deficiência para fazer jus à tal, Lei 13.409 (Brasil, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados históricos do Enem, da educação básica e da educação superior brasileira revelam uma dinâmica complexa e contraditória. Apesar da significativa queda nas inscrições para o Enem, tanto no geral, como para candidatos com NEE, especialmente em 2021 devido à pandemia de Covid-19, houve um aumento constante nas matrículas na educação superior e educação básica, especialmente entre estudantes PEE. Este crescimento foi mais pronunciado entre e percentualmente com estudantes com autismo/TGD (termo último, usado no original conforme divulgado pelo Inep).

A análise dos dados sobre matrículas na educação superior de estudantes PEE entre 2016 e 2022 revela um quadro de crescimento significativo. No período analisado, o total de matrículas dos estudantes PEE, saltaram de 35.995 em 2016 para 84.671 em 2022, um crescimento superior a 135%. Na Educação básica, nesse período, temos um aumento do PEE de 57,28%, aumento menos expressivo que na educação superior, mas ainda assim, significativo. No entanto, ao observarmos o Enem e um público mais amplo que o PEE, os candidatos com NEE diminuíram 56,75%, de 2016 a 2022, já os serviços e recursos diminuíram cerca de 37%.

Se, por um lado, as matrículas de estudantes PEE aumenta ano a ano na educação superior e educação básica, no Enem, elas diminuem e, apenas um público cresce e se destaca: estudantes e candidatos com autismo que, na educação básica aumentaram 291,94%, na educação superior 840% e no Enem 717%. Ressaltamos que no Enem, o público com déficit de atenção e hiperatividade, também teve crescimento no período analisado (2016-2022).

A queda no número de inscritos no Enem pode ser atribuída a uma série de fatores, incluindo a pandemia, mudanças políticas e cortes de financiamento na educação. No entanto, a persistente expansão da educação superior, mesmo em tempos de crise, destaca a resiliência do sistema educacional brasileiro e seu compromisso com a expansão das vagas aos cursos de graduação. Outrora tínhamos estudantes se deslocando dentro do país para cursar suas graduações em todas as regiões, agora, no geral, o que se tem notado é que esse deslocamento diminuiu e o que restou, foi cursar a graduação em locais mais próximos as suas residências, efeitos do corte em bolsas de permanência e da própria crise econômica vivenciada pelo Brasil.

Os recursos de acessibilidade do Enem, embora reduzidos em percentuais devido à queda geral de candidatos, continuam a ser uma ferramenta crucial para garantir a equidade no exame e, deveriam, em igual medida ser cada vez mais adotadas dentro da educação superior e básica, pensando sobretudo, na melhor permanência dos estudantes com PEE e/ou com NEE.

A presente pesquisa, fornece uma análise detalhada das inscrições no Enem e das matrículas na Educação Superior e Educação Básica ao longo de um período de sete anos (2016-2022). Esse acompanhamento longitudinal permite identificar tendências e mudanças significativas ao longo do tempo, bem como, apontar caminhos para futuras pesquisas nas lacunas aqui identificadas. O impacto desses crescimentos de estudantes PEE na Educação Básica e Superior precisam ser melhor analisados.

Como contribuições para futuras pesquisas, apontamos a necessidade 1) Ampliar o período de análise longitudinal para incluir anos posteriores a 2022, a fim de observar se as tendências identificadas se mantêm e como novos desenvolvimentos impactam a educação desses estudantes; 2) Explorar as diferenças regionais na inclusão de estudantes PEE na educação e ver se há discrepâncias significativas; 3) Investigar o impacto de políticas públicas específicas implementadas para promover o ingresso de estudantes PEE e de candidatos com NEE e 4) Complementar a análise quantitativa com

estudos qualitativos que explorem as experiências pessoais dos estudantes PEE e dos candidatos ao enfrentar a prova do Enem. A presente pesquisa é um pontapé inicial e não se encerra aqui, mas outros desdobramentos aqui levantados podem e devem continuar a investigação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 29 dez. 2016, Seção 1, Página 3.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 23 dez. 1996, Seção 1, Página 27833.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior - Graduação** (2016 a 2022): . Brasília: MEC/Inep, 2016-2022. Disponível em: [Educação Superior – Graduação — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#). Acesso em 26 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Básica** (2016 a 2022): . Brasília: MEC/Inep, 2016-2022. Disponível em: [Educação Básica — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#). Acesso em 26 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Enem** (2016 a 2022): Brasília: MEC/Inep, 2016-2022. Disponível em: [Enem — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#) Acesso em 26 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **Avaliações e Exames Educacionais: Enem**. Brasília: MEC/Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem> Acesso em 14 ago. 2024.

BUENO, J. G. S.; MELETTI, S. M. F. Educação infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Contrapontos** (Online), v. 11, p. 65-80, 2011.

Cabral, V. N.; Orlando, R. M.; Meletti, S. M. F. O Retrato da Exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **OUTROS TEMAS. Educ. Real.** 45 (4). 2020.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522/pdf\\_2](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/522/pdf_2)>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FERRARO, A. R. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? **Educação e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 34. N. 2, p. 273-289, mai/ago. 2008

\_\_\_\_\_. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012.

GARCIA, R. M. C; MICHELS, M. H. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 1-21. 2021.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

JANNUZZI, Gilberta Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Autores Associados. Campinas. 2006.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.331-354, abr/jun., 2017.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MICHELS; M. H. GARCIA, R. M. C. Contribuições do Caderno 12 de Antônio Gramsci para a compreensão das disputas político-pedagógicas na educação especial brasileira. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, p. 1-25, fev, 2024.

PAGAIME, A; KUMADA, K. M. O; DRAGO, S. L. S; PRIETO, R. G; MELO, D. C. F; ARTES, A. Educação especial na pandemia: estratégias e desafios no ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.52, e09665, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053149665>

ROCHA, L. R. M.da; LACERDA, C. B. F. Estatística e Educação Especial: retratos da realidade brasileira. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 166-185, 2022.

ROCHA, L. R. M. da; LACERDA, C. B. F. de; LIZZI, E. A. da S. Perfil dos estudantes público-alvo da educação especial na educação superior brasileira antes da lei de reserva de vagas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, e9175,p. 1-25, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.9175>

ROCHA, L. R. M.; LACERDA, C. B. F. de; PRIETO, R. G. Um retrato das matrículas de estudantes da Educação Especial e da educação de surdos, surdocegos e deficiência auditiva: da Educação Básica à Educação Superior. **Práxis Educativa**, v. 19, p. 1–17, 2024. DOI: 10.5212/PraxEduc.v19.22596.022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22596> . Acesso em: 28 maio. 2024.

ROCHA, L. R. M. da; OLIVEIRA, J. P. de; TORRES, J. P.; Análise dos Recursos Solicitados para Atendimento Especializado e/ou Específico no Exame Nacional do Ensino Médio: Série Histórica (2016-2020). **Sisyphus**, Lisboa, v. 10, n. 3, p. 86-101, fev. 2023 . Disponível em <[http://scielo.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-84742023000100086&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-84742023000100086&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.27509>.

ROSSI, P et al. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade**,

Campinas, v. 40, p. 1-20. 2019.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O atendimento diferenciado no ENEM. Brasília: MEC, INEP, Diretoria de Avaliação da Educação Básica, 2012. Retirado de: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/nota\\_tecnica/2012/atendimento\\_diferenciado\\_e\\_nem\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota_tecnica/2012/atendimento_diferenciado_e_nem_2012.pdf)

\_\_\_\_\_. Nota Pública nº 3/2020-CGDA/DGP. Atendimento Especializado e Recursos de Acessibilidade no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, 2020. Retirado de: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/nota-publica/nota\\_publica\\_atendimentos\\_especializados\\_recursos\\_acessibilidade.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/nota-publica/nota_publica_atendimentos_especializados_recursos_acessibilidade.pdf)

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS** (especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CREDIT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI) Exemplos abaixo:

Autor 1 – Coordenador do projeto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

Autora 2 – Análise dos dados e escrita do texto.

Autore 3 – Coleta e tabulação dos dados, escrita do texto.

Autora 4 – Análise dos dados e escrita do texto.

#### **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.